

Tratamento e Conversão dos Documentos Digitais: a experiência do Senado Federal

Edna de Souza Carvalho, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Cedoc - Multimídia

Senado Federal

70165-900 Brasília-DF

Tel: (55) (61) 33113868

E-mail: {ednacar, rosa}@senado.gov.br

RESUMO

O Senado Federal é guardião de inestimável acervo audiovisual, que inclui áudio, imagens em movimento, fotografias, documentos eletrônicos e matérias impressas. Os registros geram um crescimento exponencial no volume de mídias, considerando a intensificação dos trabalhos legislativos e a implantação de um complexo próprio de comunicação social, com emissoras de rádio e TV, agências de notícias na internet e jornal impresso.

Ao atribuir à digitalização a condição de opção única para garantir a integridade e o acesso devido ao acervo, foram abertas possibilidades e enfrentados instigantes desafios. O trabalho objetiva apresentar um panorama do processo de digitalização desses documentos por meio de equipamento especializado (hardware) e de um sistema (software), adquiridos pelo Senado, para proceder à gestão e digitalização do acervo.

A compra do sistema de armazenamento digital deu ao Senado Federal as condições para que a digitalização pudesse ser compreendida como um processo estratégico de gestão arquivística, que agora passa a ser gerido por uma nova unidade administrativa recentemente acrescentada à estrutura da Casa, o Cedoc Multimídia.

Além disso, a iniciativa propicia e estimula a observância cautelosa dos processos de migração dos formatos analógicos para o digital, e impõe à própria instituição a construção de uma cultura integrada e normalizada de tratamento documental, para evitar a perda dos documentos, memória e herança da humanidade. E mais: consolida a idéia de que os documentos audiovisuais romperam a fronteira de “documentos especiais”.

A responsabilidade imposta ao CEDOC Multimídia foi assumida com coragem por considerar que, para além das máquinas e dos programas de computador são as pessoas que fazem a diferença, diante de mudanças e descobertas que ocorrem em ritmo vertiginoso, e são eles – os profissionais da era da informação – que poderão garantir às gerações futuras patrimônio tão valioso..

PALAVRAS-CHAVE: acervo, arquivo audiovisual, digitalização, documento, legislativo, multimídia, preservação, Senado, Brasil.

INTRODUÇÃO

Na mais alta casa de elaboração de leis do Brasil, os momentos de discussão e votação dos projetos estão registrados em áudio, fotografias, imagens em movimento e textos. Estão arquivadas, nem sempre de forma contínua, quatro décadas de íntegras de sessões plenárias e reuniões de comissões, além da produção dos veículos próprios de comunicação social que hoje incluem emissoras de rádio e TV, agências de notícias na internet e jornal impresso.

A intensificação da atividade parlamentar e o aprimoramento da estrutura técnica de captação e registro levaram a um aumento exponencial da quantidade de mídias, armazenadas em arquivos autônomos, distribuídos em diversos setores, com critérios próprios e orientações distintas. A consequência desse universo heterogêneo e não articulado foi a ausência de planejamento e de definição comum de políticas de administração, e a dificuldade de acesso à informação armazenada.

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

Em 2001, os riscos de perda de conteúdo e a preocupação com espaço e custos atingiram níveis alarmantes. O acervo da TV Senado atingira o volume de 15 mil horas – hoje são 20 mil, e era evidente o esgotamento do espaço físico disponível.



Figura 1 - Arquivo da TV Senado

A emissora iniciou o levantamento de necessidades para realizar a digitalização de seu conteúdo audiovisual. O estudo tinha o objetivo de estabelecer uma política de gestão arquivística que definisse os procedimentos para o tratamento documental, a conservação e o acesso ao acervo, tendo por base a fragilidade das mídias e a própria segurança dos sistemas, garantindo a

preservação da memória institucional.

O trabalho foi elaborado à luz das recomendações e tendências internacionais. O primeiro passo foi atribuir à digitalização a condição de opção única, ao encontro do estabelecido posteriormente no Terceiro Seminário Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais, realizado no México em 2005. Na ocasião, o presidente da Federação Internacional dos Arquivos de Televisão (FIAT/IFTA), Emmanuel Hoog, apresentou projeção indicando a extinção dos formatos analógicos em 15 anos. É necessário, portanto, o estabelecimento de uma nova consciência da administração pública e privada, voltada para uma cultura de preservação dos arquivos audiovisuais.

Compra de equipamento e formação da equipe

Em 2003, o Senado Federal optou pela compra de um sistema de digitalização para realizar o gerenciamento do conteúdo audiovisual da TV Senado e da Secretaria Técnica de Eletrônica (STEL), responsável pela guarda de todo áudio produzido no Senado Federal. Os equipamentos (*hardware*) foram adquiridos junto a uma empresa privada, mas internamente a medida demonstrava a inclinação da casa parlamentar à adoção de um processo estratégico de gestão arquivística calcado na digitalização. Curiosamente, foi a chegada da tecnologia que provocou a observância a condições básicas de arquivamento: só então, por exemplo, iniciou-se a discussão de uma rotina integrada para os diversos arquivos. Além de requerer a observância cautelosa dos processos de migração dos formatos analógicos para o digital, a digitalização passou a impor ao Senado Federal a construção de um processo integrado e normalizado de tratamento documental para que não se perdesse o legado de documentos, memória e herança da humanidade.

A formação da equipe para fundamentar e viabilizar o projeto levou os profissionais da área de documentação audiovisual à condição de protagonistas das transformações em curso, uma vez que estavam familiarizados e envolvidos nos estudos referentes à digitalização de documentos. Isso permitiu que a comissão contasse não apenas com técnicos da área de informática, mas também com profissionais das áreas de arquivologia, biblioteconomia, história, engenharia, comunicação social, administração, tecnologia da informação e eletrônica. O caráter multidisciplinar garantiu a qualidade dos estudos e, principalmente, deu solidez ao projeto.

Criação do Centro de Documentação Multimídia

Em 2004, foi implantada, na estrutura administrativa do Senado Federal, a Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais – Centro de Documentação Multimídia: CEDOC Multimídia. Cabe ao CEDOC supervisionar a identificação, tramitação, uso, avaliação, tratamento, armazenamento, organização e o arquivamento dos acervos dos órgãos de comunicação social, da Secretaria Técnica de Eletrônica e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Compete, ainda, coordenar os processos de implantação de novas tecnologias aplicadas ao acervo, bem como preservar, dar acesso e divulgar a documentação arquivada.

A televisão e os demais veículos de comunicação social estão se tornando digitais. A tecnologia está alterando os processos operacionais e de produção da informação. A criação do CEDOC Multimídia representa a inclusão das questões documentais no centro do processo de digitalização dos próprios meios de comunicação social. Nesse contexto, os arquivos audiovisuais deixam a posição de coadjuvantes e passam a influir diretamente na definição dos fluxos de trabalho. A produção audiovisual em meio digital requer um conjunto de ações que garantam a integridade e a recuperação da informação.

Impacto das novas tecnologias

As peculiaridades do meio digital impõem uma série de normas de cadastramento da informação até então desnecessárias. Por exemplo: a preocupação com os riscos de manuseio indiscriminado das informações produzidas ou de perda de conteúdos levou a definir que o fluxo de exibição da programação da TV Senado não começa sem antes a introdução das imagens e dos metadados correspondentes no sistema de arquivamento do CEDOC Multimídia. Também neste caso foi a adoção das novas tecnologias que permitiu implantar a gestão documental de forma plena, ou seja, o gerenciamento do documentos em todas as etapas, da produção ao arquivamento final.

Mais do que significar uma nova forma de fazer velhas coisas, a digitalização nos abre novas fronteiras para fazermos novas coisas. A conversão dos acervos audiovisuais garantirá a preservação com benefícios como acesso imediato, simultâneo ou aleatório aos dados - que não se degeneram com o passar do tempo ou em função de cópias.

Dois projetos em um

Há duas tarefas distintas: uma é converter para o formato digital todos os registros armazenados atualmente em formato analógico. A outra é passar a produzir conteúdo em formato digital. A primeira tarefa, a conversão, é um processo longo, minucioso e que nos levará a rever todos os registros dos atuais bancos de dados dos arquivos. Esse passivo será incorporado gradativamente ao acervo digital. A previsão é que o trabalho dure cerca de sete anos para ser concluído.

A segunda tarefa, a de passar a adotar o formato digital já na produção, deve ser iniciada até o final de 2007. O projeto prevê o armazenamento em um arquivo digital central, uma robótica. Os conteúdos gerados viram arquivos e são armazenados diretamente nesta robótica, permitindo que vários usuários possam acessar os acervos simultaneamente, de forma ágil e segura.

Para isso, a etapa crucial, crítica, é a entrada dos dados no sistema que vai gerenciar o acervo. Registrar, classificar, descrever e indexar devidamente são atividades que vão permitir a recuperação das informações no futuro. O tratamento documental é, portanto, a parte mais delicada dos arquivos audiovisuais, a medula óssea da digitalização. Somente bons registros podem garantir a recuperação da informação em todas as etapas da migração tecnológica.

A ausência de normas pode condenar um arquivo à morte – eis uma evidência quando se trata de digitalização, em que não há sequer o recurso do documento físico para qualquer tipo de “descoberta”. É imprescindível um processo de tratamento bem definido, unificado e que garanta a gestão da informação.

Levantamento de necessidades

Assim, o CEDOC Multimídia investiu na especificação minuciosa de requisitos para o desenvolvimento de um programa (software) robusto, adequado às demandas do Senado Federal e, principalmente, que pudesse corresponder aos novos paradigmas de tratamento e acesso às informações audiovisuais. Foi elaborado um Caderno de Necessidades para o Sistema de Gestão de Arquivos Audiovisuais Digitais do Senado Federal, que servirá de base para o trabalho a ser executado pela empresa contratada. As orientações incluem a definição de metadados e fluxos de trabalho, de forma a possibilitar a implantação do sistema de gerenciamento do conteúdo multimídia.

Para o desenvolvimento do Caderno de Necessidades, o CEDOC Multimídia optou por adotar padrões internacionais como o Dublin Core, ISAD, Lista de Metadados da FIAT/IFTA e o Moreq – Modelo de Requisitos para Gestão de Arquivos Eletrônicos, mapeando e adaptando os requisitos desses modelos para o contexto do Senado Federal.



Figura 2 - Sistema terá arquivo central (robótica)

A cada dia, consolida-se no Senado Federal a idéia de que os documentos audiovisuais atravessem a fronteira de “documentos especiais” e passem a ser considerados no conjunto da documentação do Senado Federal. Os vídeos das sessões plenárias, por exemplo, devem ser considerados parte da documentação legislativa, tanto quanto proposições, notas taquigráficas e atas. Este processo deve levar em conta todas as especificidades dos documentos audiovisuais e dos próprios veículos de comunicação social. Assim, estaremos em condições de dar maior transparência ao Poder Legislativo, democratizar o acesso à informação legislativa e valorizar a memória institucional.

O planejamento, o estudo das novas tecnologias e sua aplicabilidade e a gestão do conhecimento tornaram-se as linhas mestras do trabalho da equipe do CEDOC Multimídia. Compreendemos que o principal elemento em todo o processo de digitalização é o humano. Isso implica na formação de profissionais específicos para a área, que devem estar preparados para uma constante transferência de arquivos e para inesperadas mudanças tecnológicas. Além disso, é necessário participar constantemente de programas de capacitação, reciclagem, atualização e intercâmbio profissional. O desenvolvimento das novas tecnologias e a importância dos acervos audiovisuais para a preservação da memória dependem de profissionais multidisciplinares, dinâmicos, flexíveis e apaixonados.

Novas possibilidades

O objetivo final de todo processo de digitalização é o acesso aos documentos. A integração dos arquivos audiovisuais no CEDOC Multimídia e a digitalização abrem novas perspectivas para a pesquisa, que podem ser melhor elaboradas, fornecer resultados mais rápidos e precisos. O cidadão ganha mais transparência. E os jornalistas dos veículos de comunicação social do Senado Federal ganham em melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, dada a maior visibilidade que o conteúdo adquire. O tratamento documental do acervo nos permite assumir um papel ativo na elaboração de pautas desses veículos, a partir de sugestões de temas e programas que podem ser reaproveitados, reutilizados e reformatados. Nessa linha, o CEDOC Multimídia fez experiências-piloto em 2006, e lançou em 2007 um Guia de Datas Redondas, com o objetivo de motivar a pesquisa e, em conseqüência, divulgar a documentação arquivada. Foram destacados fatos que devem ser lembrados ao longo de 2007, em função de se completarem as chamadas “datas redondas”, convencionadas como aquelas que se distanciam de 2007 em múltiplos de 5 ou 10 anos.

CONCLUSÃO

A implantação do sistema de digitalização e as inúmeras possibilidades decorrentes representam um marco na organização dos registros audiovisuais resultantes da produção legislativa, uma referência para outros parlamentos, para outras instituições públicas. Organizar, manter e disponibilizar um patrimônio inestimável da democracia é um desafio que se traduz em conciliar ações que preservam a história com a tecnologia que antecipa o futuro.

NOTAS

1. DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE – DCMI. [Consult. 29 set 2006] Disponível em: WWW: <URL:<http://www.dublincore.org>>.
2. ISAD (G): Norma Geral Internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000, 119 p. ISBN: 85-7009-032-3
3. JONG, Annemieke de. - Metadata in the audiovisual production environment, an introduction :

Netherlands Audiovisual Archive: International Federation of Television Archives FIAT / IFTA. 2000

4. PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos. 2. Modelo de requisitos para a gestão de arquivos electrónicos. Lisboa: 2002. [Consult. 29 set 2006] Disponível em: WWW: <<http://ec.europa.eu/idabc/servlets/Doc?id=16849#search=%22moreq%22>>
5. RESÉNDIZ, Perla Olívia Rodríguez et al. Memorias del primer seminario internacional los archivos sonoros y visuales en América Latina. México: Radio Educación, 2002. 309 p.
6. _____. Memorias del segundo seminario nacional de archivos sonoros y audiovisuales. México: Radio Educación, 2005. 193 p.
7. RONDINELLI. Rosely Curi - Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos; uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 2. ed, Rio de Janeiro: FGV, 2004.158 p.